

Livros de cantochão da Sé de Coimbra na reforma pós-tridentina: Notas sobre o contexto de realização de um fundo litúrgico-musical quase desconhecido

Alberto Medina de Seica

CESEM
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa
medina.seica@gmail.com

Resumo

Nos primeiros anos do século XVII, e depois de dilatado e complexo processo decisório, o cabido da Catedral de Coimbra promoveu um importante projecto editorial: novos livros de cantochão para a Sé que (pelo menos no plano das intenções programáticas) estivessem em conformidade com as determinações rituais pós-tridentinas. Até ao momento foi possível identificar vinte e um volumes, praticamente desconhecidos da comunidade académica. O presente artigo pretende dar a conhecer um pouco deste acervo. Se, por um lado, estes livros de coro, pela amplitude do seu conjunto, constituem desde logo um testemunho assaz relevante das práticas de cantochão tardio em Portugal, designadamente nas opções reformistas associadas ao movimento humanista, por outro lado, eles conservam segmentos de repertório litúrgico-musical específico a merecer investigação aprofundada.

Palavras-chave

Cantochão; Concílio de Trento; Sé de Coimbra; Livros de coro; Liturgia.

Abstract

At the beginning of the seventeenth century, after a long process, the Chapter of the Cathedral of Coimbra began an important publishing initiative: new chant books for the Cathedral which would be (at least as intended in the initial project) in accordance with the ritual requirements of the Council of Trent. Up to the present it has been possible to identify twenty-one volumes, practically to the academic community. The present paper aims to make this archive better known. Though, on the one hand, these choir books, on account of their number, represent a rather important testimony to the practice of late plainchant in Portugal, namely the reformist tendencies associated with the humanist movement, on the other, they preserve specific elements of the liturgical and musical repertoire which deserve further research.

Keywords

Plainchant; Council of Trent; Cathedral of Coimbra; Choir books; Liturgy.

O contexto

EM FINAIS DE 1563, O LONGO CONCÍLIO DE TRENTO conhecia o seu termo.¹ No entanto, a reforma dos livros litúrgicos do uso romano, sobretudo o Missal e o Breviário, embora estivesse no horizonte conciliar, com a constituição mesmo de uma comissão para a tarefa, já não seria abrangida nos trabalhos da assembleia. A conjuntura política geral, em que sobressai a voz do imperador Fernando I, reclamava havia tempo o desfecho e os prelados participantes tinham preocupações bastantes nas suas dioceses, desde logo as decorrentes da aplicação dos decretos tridentinos, para se demorarem mais ainda nesta empresa, pelo que a edição dos novos livros acabou por ficar entregue à responsabilidade directa do Papa.² Poucos anos

Este estudo foi apresentado, em parte, como comunicação na *Interdisciplinary Conference on Iberian Manuscripts*, organizada pelo CESEM e IEM da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Lisboa, 19-21 de Outubro de 2017). O autor agradece aos Senhores Reitores do Seminário Maior de Coimbra, Pe. Dr. Pedro Santos e Pe. Doutor Nuno Santos, pelas facilidades concedidas no acesso e estudo dos livros conservados na Biblioteca daquela instituição.

¹ As decisões conciliares receberam aprovação verbal do Papa Pio IV em consistório de 26 de Janeiro de 1564, embora a bula *Benedictus Deus* só tenha sido promulgada formalmente em 30 de Junho desse ano. Os reinos ibéricos contam-se entre os primeiros a acolher as determinações do Concílio. Filipe II através de pragmática de 12 de Julho atribui força de lei aos decretos de Trento, primeiro em Castela, mas com progressiva extensão às demais possessões. No que diz respeito a Portugal, por alvará de 12 de Setembro, D. Sebastião concede o seu «favor e ajuda à boa guarda e cumprimento dos decretos» do Concílio, ou seja, em termos práticos, prescreve a sua incorporação normativa no direito pátrio. O Rei incumbe, ainda, o Cardeal-Infante D. Henrique da proclamação solene da bula de confirmação (que se fará a 7 de Setembro) bem como de dar ao Concílio a mais ampla divulgação, promovendo o prelado (na esteira da sua já dilatada política de convergência com Trento) a edição dos decretos, quer em latim (*Canones, et Decreta Sacrosancti Oecumenici, et Generalis Concilii Tridentini* [...]), quer numa versão mais resumida «em linguagem vulgar» (*Decretos e determinações do sagrado Concílio Tridentino que deuem ser notificadas ao pouo, por serem de sua obrigação...*), impressas logo em 1564 por Francisco Correia em Lisboa. Estes cuidados e esforços difusores são sentidos também por outros bispos, com destaque cimeiro para D. Frei Bartolomeu dos Mártires, Padre conciliar e estrénuo defensor dos princípios tridentinos. Note-se, porém, que a efectivação das reformas, apesar dos importantes apoios político-ecclesiásticos, conheceu dificuldades na sua tradução prática, quer no enquadramento doutrinal e ritual geral, quer (e de modo bem audível) na resistência do clero a muitas das novas exigências em matéria de residência, formação, benefícios. Sobre o tema, em registos historiográficos distintos, ver Fortunato de ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, nova edição por Damião Peres (Porto - Lisboa, Livraria Civilização, 1968), vol. 2, p. 335; Marcello CAETANO, «A recepção e execução dos decretos do Concílio de Trento em Portugal», *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, 19 (1965), pp. 7-87; José Pedro PAIVA, «A recepção e aplicação do Concílio de Trento em Portugal: Novos problemas, novas perspectivas», in *O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: Olhares novos*, editado por António Camões Gouveia, David Sampaio Barbosa e José Pedro Paiva (Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa, 2014), pp. 13-39; Amélia POLÓNIA, «A recepção do Concílio de Trento em Portugal», in *O Concílio de Trento*, cit., pp. 41-58; José Pedro PAIVA, «La reforma católica en Portugal en el periodo de la integración del reino en la Monarquía Hispánica (1580-1640)», *Tiempos Modernos*, 20 (2010-1), disponível em <<http://www.tiemposmodernos.org/tm3/index.php/tm/article/view/220/275>>; José Pedro PAIVA, «Spain and Portugal», in *A Companion to the Reformation World*, editado por R. Po-Chia Hsia (Malden - Oxford, Blackwell Publishing, 2004), pp. 291-310, ver p. 296; Maria de Lurdes C. FERNANDES, «Da reforma da Igreja à reforma dos cristãos: Reformas, pastoral e espiritualidade», in *História religiosa de Portugal*, editado por Carlos Moreira de Azevedo (Lisboa, Círculo de Leitores, 2000), vol. 2, pp. 15-49, ver pp. 25-6. Um panorama amplo sobre a resistência de diversos cabidos e outros grupos ecclesiásticos às determinações de Trento e dos sínodos e concílios nacionais que os implementavam pode ver-se em João Rocha NUNES, «A reforma católica na diocese de Viseu (1552-1639)» (Dissertação de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010), pp. 325-38; Hugo Ribeiro da SILVA, «O Concílio de Trento e a sua recepção pelos cabidos das catedrais», in *O Concílio de Trento*, cit., pp. 79-101. No que ao cabido de Coimbra diz respeito, além das informações reunidas nestas duas obras, vejam-se os acórdãos de 8, 9 e 21 de abril de 1567 no *Livro dos Acordos do Cabido*, vol. 5, 1564-1579, ff. 60r, 61r e 62r, respectivamente [Arquivo da Universidade de Coimbra, III. 3.^a D].

² Concilium Tridentinum, sessio XXV, continuatio [4 de Dezembro de 1563]: *De indice librorum, et Cathecismo, Breviario, et Missali*. Usamos a edição de Francisco Correia referida na nota anterior: *Canones, et Decreta Sacrosancti Oecumenici, et Generalis Concilii Tridentini* [...] (Lisboa, Francisco Correia), cópia P-Ln Res. 1426 P., digitalização

volvidos, surgem os primeiros frutos: em 1568, Pio V promulga o *Breviarium Romanum* e, em 15 de Julho de 1570, é aprovado o *Missale Romanum*.³

Não surpreende este propósito de mudanças nos diversos instrumentos litúrgicos num tempo em que reformar se tornara palavra de ordem dominante – os anseios reformistas nascidos ainda no ocaso medieval explodiam agora com irreprimível ímpeto, moldando um complexo mapa de forças políticas, culturais, religiosas, em que se conjugam, interpenetram e digladiam erasmismo, conciliarismo, novas congregações religiosas e novas formas de vida espiritual (de que a *devotio moderna* é paradigma, embora não caso singular), interesses estratégicos do imperador e das emergentes potências expansionistas, humanismo(s), modelos de governação, levantamentos protestantes, mecanismos de censura e controlo social, difusão crescente da imprensa, novas rotas comerciais e multiformes intercâmbios culturais, para recordarmos apenas alguns dos vectores conformadores de quinhentos.⁴ Por isso, seria expectável que tão reclamada reforma da Igreja – *in capite et in membris* – se repercutisse na liturgia ou, talvez melhor, que uma liturgia renovada pudesse concorrer para aqueles anseios de reformação.

Sem dúvida, a dilatada experiência litúrgica da Igreja estivera sempre marcada por uma dinâmica evolutiva, por um «desenvolvimento orgânico» capaz de acolher a diversidade no seio de uma mesma tradição, e por isso habituada não somente a modificações no tecido celebrativo, com novos textos e ritos entrando no fluxo litúrgico ou enquadramentos simbólicos novos para outros já existentes, mas, sobretudo a admitir, como expressão «natural» do seu modo-de-ser, variantes significativas na comum estrutura celebrativa, as quais, sem afectarem a unidade essencial do rito (romano, *melius*, romano-franco), o expandem em múltiplos *costumes* (de Braga, de Salisbury, da Cúria papal, etc.).⁵ Os livros romanos promulgados por Pio V apresentavam-se, porém, com uma

disponível em <<http://purl.pt/23051>>, f. 161v. Sobre os trabalhos pós-conciliares, com referência a fontes não consideradas na historiografia dominante, ver o estudo de Gottfried MARON, «Die nachtridentinische Kodifikationsarbeit in ihrer Bedeutung für die katholische Konfessionalisierung», in *Die katholische Konfessionalisierung. Wissenschaftliches Symposium der Gesellschaft zur Herausgabe des Corpus Catholicorum und des Vereins für Reformationsgeschichte 1993*, editado por Wolfgang Reinhard e Heinz Schilling (Gütersloh, Gütersloher Verlagshaus, 1995), pp. 104-23.

³ Existem edições anastáticas das duas obras: *Breviarium Romanum. Editio Princeps (1568)*, editado por M. Sodi e A. M. Triacca (Città del Vaticano, Libreria Editrice Vaticana, 1999); *Missale Romanum. Editio Princeps (1570)*, editado por M. Sodi e A. M. Triacca (Città del Vaticano, Libreria Editrice Vaticana, 1998). Recorde-se que a publicação dos restantes livros litúrgicos foi continuada nos anos seguintes: Martirológio (1583); Pontifical (1596); Cerimonial dos Bispos (1600); Ritual (1614). Em ordem a superintender à disciplina litúrgica, Sisto V cria em 1588 a Sagrada Congregação dos Ritos. Para uma síntese sobre o contexto dos novos livros litúrgicos ver Enrico CATTANEO, *Il culto cristiano in occidente. Note storiche* (Roma, Edizione Liturgiche, 2003), pp. 315-21; para um panorama geral do Missal de S. Pio V, e seus antecedentes no *usus curiae*, ver ainda, Vincenzo RAFFA, *Liturgia eucaristica* (Roma, Edizione Liturgiche, 2003), pp. 141-79.

⁴ Dada a vastidão do horizonte problemático, as indicações de leitura seriam sempre redutoras. Registamos: José da Silva DIAS, *Correntes de sentimento religioso em Portugal (séculos XVI a XVII)* (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1960).

⁵ Como tem sido sublinhado, «the history of eucharistic liturgy before modernity must be seen as one marked more by diversity rather than uniformity» in Joanne M. PIERCE e John F. ROMANO, «The Ordo Missae of the Roman Rite. Historical Background», in *A Commentary on the Order of Mass of the Roman Missal*, editado por Edward Foley

importante diferença intencional e normativa que condicionaria o futuro panorama litúrgico da catolicidade: por expressa decisão papal, consignada nas bulas de aprovação, estas novas edições dispunham de força cogente, tornando-se assim edições *ne varietur*, únicas e (idealmente) irreformáveis: *nihil addendum, detrahendum, aut immutandum esse decernendo*.⁶ Ressalvavam-se somente os costumes litúrgicos particulares das dioceses ou congregações religiosas com mais de duzentos anos de prática; aliás, mesmo em relação a estes casos, fazia-se um convite para que se seguisse o modelo romano reformado ou, na fórmula *standard* dos livros, *ex decreto sacrosancti concilii tridentini restitutum*.⁷

Em Portugal, várias dioceses tiveram *consuetudines* próprias. Mas o processo de «romanização» estava já em curso em diferentes bispados e, como se sabe, apenas Braga conseguiu conservar o seu uso litúrgico, embora os desenvolvimentos posteriores nem sempre se mostrem lineares.⁸ Em relação a Coimbra, as fontes, conquanto não muito abundantes, dão mostras também

(Collegeville, Minnesota, Liturgical Press, 2011), pp. 3-33, ver p. 8. Sobre o sentido de «Rito romano», ver László DOBSZAY, *The Restoration and Organic Development of the Roman Rite* (London, T&T Clark International, 2010), pp. 3-10. Esta diversidade ritual no quadro de uma mesma tradição litúrgica dá-se igualmente no canto, palavra e melodia ao serviço da realização do rito sacro. Tal diversidade verifica-se não somente em estratos mais tardios do repertório, como as numerosas criações do baixo medievo, ou mais «periféricas», como as festas de santos de mera incidência local, ou, noutra linha, nas expressões vinculadas a observâncias religiosas específicas, de que as «variantes» cisterciense, franciscana ou dominicana são apenas exemplos expressivos. Sobre o tema vejam-se os estudos de Manuel Pedro FERREIRA, «La réforme cistercienne du chant liturgique revisité: Guy d'Eu et les premiers livres de chant cisterciens», *Revue de Musicologie*, 89/3 (2003), pp. 47-56, e «Notas franciscanas (séculos XIII-XVII): Identidade dos livros litúrgicos menoritas. Iconografia e música no culto dos Mártires de Marrocos», *Itinerarium*, LX (2014), pp. 409-46, ver pp. 411-23; para a tradição dominicana, ver David HILEY, *Western Plainchant. A Handbook* (Oxford, Clarendon Press, 1993), pp. 611-3. Contudo, ocorre mesmo quando recuamos ao fundo mais antigo e estabilizado da monodia gregoriana, sobretudo o próprio da missa do ciclo temporal e das grandes festas de ressonância global. Com efeito, sob a uniformidade do repertório (sobretudo no plano textual e da adjudicação litúrgica, mas também no plano musical), observável quando se compaginam os primeiros manuscritos musicais de diferentes regiões e com sistemas notacionais diversos, emergem zonas de descontinuidade como, por exemplo, a alocação dos versículos aleluiáticos nos domingos depois do Pentecostes, a escolha dos versículos para os intróitos não-sálmicos, ou as soluções encontradas para o 2.º domingo da Quaresma, para já não referir o complexo domínio das variantes melódicas. Sobre este último ponto, é fundamental o estudo de Manuel Pedro FERREIRA, «Music at Cluny: The Tradition of Gregorian Chant for the Proper of the Mass. Melodic Variants and Microtonal Nuances» (PhD dissertation, Princeton University, 1997), pp. 117-21, 138-50; os repertórios «neo-gregorianos» têm merecido particular atenção de Luisa NARDINI, *Interlacing Traditions: Neo-Gregorian Chant Propers in Beneventan Manuscripts* (Pontifical Institute of Mediaeval Studies, University of Toronto Press, Toronto, 2016). De todo o modo, esta diversidade «originária» está muito distante dos desenvolvimentos tardo-medievais.

⁶ Bula *Quo primo tempore*. Os propósitos imobilistas podem sustentar a mudança, mas não suprimi-la por inteiro, e alterações na disciplina ritual (incluindo na própria sede papal) foram surgindo ao longo do tempo, nalguns casos sancionadas pela autoridade pontifícia, noutros, porém, em crescente afastamento dela, como as variedades rituais neo-galicanas que dominaram a França até meados do século XIX.

⁷ No tocante às dioceses, mantiveram a *consuetudo* própria: Milão, Toledo, Braga, Liège, Lyon, Tréveris e Colónia. MARON, «Die nachtridentinische Kodifikationsarbeit» (ver nota 2), p. 115.

⁸ Em geral sobre a situação portuguesa, ver Miguel de OLIVEIRA, «Os Próprios litúrgicos», *Academia Portuguesa da História: Anais*, série II, 4 (1953) pp. 159-73; João Pedro d'ALVARENGA, «Polifonia portuguesa sacra tardo-quincentista: Estudo de fontes e edição crítica do *Livro de São Vicente*, manuscrito P-Lf FSVL 1P/H-6» (Dissertação de doutoramento, Universidade de Évora, 2005), pp. 2-11; João Francisco MARQUES, «A palavra e o livro», in *História religiosa de Portugal*, editado por Carlos Moreira de Azevedo (Lisboa, Círculo de Leitores, 2000), vol. 2, pp. 337-447, ver pp. 428-30. Sobre Braga, ver ainda, Joaquim Félix de CARVALHO, «A liturgia em Braga», *Didaskalia*, série 2, XXXVII (2007), pp. 139-84, ver pp. 168-84. Em relação a Évora, é de notar que as *Constituições do Arcebispado* de 1565, terminado, pois, o Concílio de Trento, e mandadas publicar por D. João de Melo, preconizam a manutenção do

da diluição do costume próprio e aproximação aos usos romanos ao longo do século XVI. Se no importante *Manuale* de 1518 vemos consignada a *consuetudo* específica da diocese,⁹ que as constituições sinodais de D. Frei João Soares, em 1548, ainda parecem querer conservar,¹⁰ poucos anos volvidos o mesmo prelado mandava imprimir o Breviário com figurino romano (ou figurinos, por se tratar da combinação entre dois modelos de Roma: o *usus curiae* e as reformas de Clemente VII).¹¹

De todo o modo, isto não implica que o novo modo de rezar do Breviário e do Missal pós-tridentinos, mesmo que complementado pelas particularidades do calendário santoral diocesano, em sintonia, aliás, com as disposições normativas das bulas pontifícias, tivesse uma aceitação imediata e sem restrições. Com efeito, para deixar os usos correntes (fossem eles mais ou menos antigos, mais ou menos similares aos de Roma) e implantar cogentemente livros litúrgicos novos, não basta uma declaração de princípios meramente simbólica; pelo contrário, requerem-se ajustamentos humanos, materiais e institucionais muito significativos, que em alguns casos podem tocar aspectos quase identitários.¹² Sendo uma realidade *in fieri* e não estática, a liturgia, enquanto corpo estruturado de práticas, depende em medida essencial dos agentes primários que a implementam. Ora, as inovações rituais agora introduzidas impunham um esforço de adaptação que muitos dos *first-line enforcers* ou não estavam habilitados a fazer,¹³ ou se recusavam a fazer, sobretudo porque as novas regras se inseriam num amplo conjunto de alterações sentidas como

costume local. Porém, poucos anos volvidos, em 1570, o cabido eborense acolhia o novo breviário romano, embora salvaguardando algumas particularidades rituais próprias. Sobre este ponto, com indicação das fontes primárias, ver Joaquim Chorão LAVAJO, «Catedral de Évora liturgia e devoção – séculos XII-XX», *Eborensia*, 26 (2014), pp. 145-98, ver pp. 177-80.

⁹ *Manuale secundum consuetudinem alme Colybríen* [sic]. *Ecclesiae* (Lisboa, Nicolau Gazini, 1518), cópia P-Ln Res. 152 V, digitalização disponível em <<http://purl.pt/15166>>.

¹⁰ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra*, cópia P-Ln Res. 126/1 A, digitalização disponível em <<http://purl.pt/4066>>: «Encomendamos a todos os clérigos e beneficiados do nosso bispado que rezem segundo ho costume de nossa See catedral. E os que teuerẽ special licença ou facultade para rezarem Romano ho poderão fazer: com tanto que quando rezarem no choro se conformẽ com ho costume delle» (Constituição III, f. 47v).

¹¹ *Breviarium Romanum, antiquum et novum complectens* (Coimbra, António Santillana, 1555), de que consultámos o exemplar (único?) da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, P-Cug R-3-13. Como evidenciou Pierre David, em atento estudo dedicado a este Breviário, nele se procurou de forma hábil a combinação entre o tradicional modelo romano e as novas propostas do famigerado Breviário de Santa Cruz, como ficou conhecido a partir do título cardinalício (S. Croce in Gerusalemme) do seu principal responsável, o cardeal espanhol Francisco Quiñones: promove-se o equilíbrio entre as diversas horas, assegurando o princípio da recitação completa do saltério ao longo da semana (com recurso inovador ao expediente de se dividirem os salmos mais longos em diversas secções); o esquema da *lectio* em Matinas é o previsto por Quiñones, embora se repartam as três leituras pelos nove momentos tradicionais; mantêm-se, porém, os hinos, os responsórios, o invitatório e os ofícios marianos. Cf. Pierre DAVID, «O Breviário de D. João Soares», *Liturgia*, separata (1949).

¹² Veja-se, como exemplo expressivo, a demorada resistência dos Jerónimos aos novos rituais, em que os argumentos mais simbólicos da identidade da ordem se conjugam com a questão financeira implicada pela elaboração dos livros conformes a Roma. Cf. Timothy J. SCHMITZ, «The Spanish Hieronymites and the Reformed Texts of the Council of Trent», *The Sixteenth Century Journal*, 37 (2006), pp. 375-99.

¹³ José Pedro PAIVA, «Os mentores», in *História religiosa de Portugal*, editado por Carlos Moreira de Azevedo (Lisboa, Círculo de Leitores, 2000), vol. 2, pp. 201-37, ver pp. 208-25.

lesivas por parte dos corpos eclesiásticos locais. Por outro lado, a reforma litúrgica não se podia efectivar sem mais, mesmo pressuposta uma irrestrita boa-vontade dos agentes chamados a dar-lhe vida concreta – ela estava subordinada à afectação de amplos recursos instrumentais, desde logo com a elaboração de livros conformes ao novo modelo: quer livros litúrgicos em sentido estrito (breviários, missais, processionais, manuais dos sacramentos, ofícios específicos para celebrações de santos, etc.), quer livros orientadores das celebrações, mais completos ou em versões práticas resumidas.¹⁴ Recordemos que mesmo em relação aos livros essenciais da reforma, Breviário e Missal, a sua introdução entre nós não se fez de imediato por falta de exemplares, como lamenta D. Sebastião em cartas para a sede papal, que autorizará o monarca português a mandar imprimi-los por «pessoas católicas de sua escolha».¹⁵

Os textos e rubricas constituíam, no entanto, apenas parte do problema: ficava a faltar a música. A reforma dependia assim, e de modo muito sensível, dos livros de cantochão, pois este continuava a representar o núcleo essencial da vivência musical no culto. Porém, já não se mostrava suficiente emendar os códices existentes, como tantas vezes se fizera no passado, acrescentando alguns fólhos, substituindo outros, por força das alterações rituais, demandava-se novos livros. Em matéria de

¹⁴ A imprensa facilitou muito a tarefa e foi usada desde o princípio pelas autoridades eclesiásticas como instrumento doutrinator e apoloético, concorrendo, no entanto, para a proliferação de esquemas rituais nem sempre concordantes, antes de Trento e mesmo depois, apesar dos propósitos da reforma e da vigilância inquisitorial. Sobre o problema entre nós, ver MARQUES, «A palavra e o livro» (ver nota 8), pp. 337-447, sobre os livros litúrgicos, pp. 426-32.

¹⁵ Cf., para o caso do Missal, o Breve *Exponi nobis nuper fecisti* de Gregório XIII no *Corpo Diplomatico Portuguez* (Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1891), vol. X, p. 474. D. Sebastião concede privilégio de edição do Missal ao livreiro Luís Martel e a António de Mariz, *imprimidor* da Universidade. No repertório de Anselmo a primeira edição registada é de 1575, mas não se conhece exemplar, cf. Joaquim ANSELMO, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI* (Lisboa, Biblioteca Nacional, 1926), n.º 868. O catálogo da Biblioteca Nacional de Espanha indica um exemplar anterior, de 1573 (R/29108), cf. Antonio ODRIEZOLA, *Catálogo de Libros Litúrgicos Españoles y Portugueses* (Pontevedra, Museo de Pontevedra, 1996), n.º 128 e Alexander WILKINSON, *Iberian Books Published in Spanish or Portuguese or on the Iberian Peninsula before 1601* (Leiden - Boston, Brill, 2010), n.º 6378. Para este artigo, confrontámos as edições de 1583 e 1588, ambas também de Mariz (*P-Ln Res. 2442; P-Cug R-73-18*, respectivamente). Além do Missal, António de Mariz publicou ainda uma versão resumida, com formulários para algumas missas e diversos outros ritos: bênção da água, unção dos enfermos, ofícios de defuntos, etc.. Usámos a edição de 1577 do *Manuale Missalis Romani...* (Coimbra, António de Mariz), cópia *P-Ln Res. 2890* p, digitalização disponível em <<http://purl.pt/23212>> e que corresponde ao n.º 873 no catálogo de Anselmo. Não significa isso, porém, que esta seja, como por vezes se refere, a primeira edição efectivamente publicada da obra. Aliás, o próprio impressor nos dá disso informação ao requerer as licenças para a edição que sairá em 1577: «Diz Antonio de Mariz Imprimidor da Vniversidade de Coimbra, que elle Imprimio ho Missal & Manual nouo, que com esta oferece: E porque ora os quer tornar a Imprimir ho dito Missal Manual, por neste Reyno auer muyta falta deles: o qual não pode Imprimir sem licença de Vossas Mercês outra segunda vez. Pede a Vossas Mercês lhe dem licença pera que o possa Imprimir, & recebera merce». No catálogo de Odriezola refere-se edição de um *Missale Manuale Romanum* em 1574 (ODRIEZOLA, n.º 129), mas não podemos verificar a obra. Com particular relevo no campo musical, e segundo informação de Joaquim Anselmo (*Bibliografia*, n.º 887), foi publicado em 1580, por António de Mariz, um *Enchiridium Missarum solemnium & votivarum cum Vesperis & Completis totius anni... sub modulamine cantùs, et elegantibus Notis utiliter, & laudabiliter in utilitatem publicam collectum*. O alvará autorizativo vem transcrito em Venâncio DESLANDES, *Documentos para a história da typografia portugueza nos séculos XVI e XVII* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1888), p. 69, mas não há exemplares identificados (cf. WILKINSON, n.º 6543). Anselmo refere, ainda, (n.º 887) como outra possível edição, mas de 1585, o *Enchiridion Missarum Solemnum et votivarum cum Vesp. et Complet. Totius anni... Per Ioãnem Diaz, Sochantre in Ecclesia Maiori ciuitatis Conimbricësis collectũ*. Na actual catalogação da Biblioteca Nacional de Lisboa propõe-se que o livro com a cota C.I.C. 71 V., a que faltam as folhas iniciais e o cólofon, corresponda ao *Enchiridium* de 1580.

canto, com efeito, os livros de Pio V impunham um conjunto significativo de ajustamentos, decorrente do horizonte intencional de retorno à (pretensa) liturgia romana originária, *pristina sanctorum Patrum norma ac ritum*, obscurecida pelos acrescentos medievais, as duplicações, o latim bárbaro, as prosas, tropos, sequências e outros textos não bíblicos. Cingindo-nos apenas ao repertório para a missa (pois no domínio do ofício o panorama é ainda mais complexo), a nova disciplina repercutia-se quer em aspectos mais «externos», como o realinhamento das missas comuns (Pastores, Mártires, etc.) que passavam a dispor de esquemas ou formulários uniformizados, ou a eliminação de festas de santos com cunho lendário, mudanças que justificavam uma redacção actualizada dos livros em uso; quer em aspectos de conteúdo, pela previsão uniforme de um único versículo para o aleluia, a supressão radical dos tropos e sequências (salvo quatro), a fixação definitiva da alocação litúrgica dos cantos (que continuava flutuante em algumas zonas, sobretudo quanto aos aleluias) e dos textos, agora esmagadoramente bíblicos na versão latina da Vulgata sancionada em Trento. Consequentemente, levou a cortes de repetições consignadas nos manuscritos medievais mas não constantes do texto de S. Jerónimo (pense-se na repetição do inciso «jubilate Deo» dos dois famosos ofertórios), e à nivelação dos versículos dos intróitos, sempre sálmicos no missal tridentino, mesmo quando o corpo do intróito seja de outro livro bíblico ou, nos casos raros em que se admitiu, não-escriturístico (*Salve sancta parens*, por exemplo).

A tabela 1 apresenta algumas das variantes textuais entre versões disponíveis na tradição medieval e a formulação consignada no Missal de 1570.¹⁶ Muitas delas não implicaram problemas de adaptação musical (por exemplo, as alterações dos versículos para o intróito);¹⁷ porém, outros casos exigiram maior intervenção.¹⁸

O quadro sumariamente descrito evidencia a necessidade sentida pelas diversas igrejas em dispor de livros de canto ajustados às novas regras. E se os impressos, cada vez mais numerosos, podiam acudir em algumas circunstâncias, as exigências inerentes ao canto em conjunto, típico das liturgias na catedral, impunham uma específica: livros de coro. Porém, e como é bem conhecido, à identificação de um problema nem sempre sucede a sua imediata solução. O processo em torno dos livros de cantochão pós-tridentinos da Sé de Coimbra é apenas mais um exemplo.

¹⁶ Para a tabela, que está muito longe de ser exaustiva, cotejámos a versão do Missal tridentino editado em Coimbra em 1588, por António Mariz (ver nota 15) com as edições do Missal bracarense de 1538 [Br 1538] *Missale bracharense* (Lisboa, Germão Galhardo, 1538), exemplar *P-Ln* Res. 1633, e do Missal de Évora, usualmente, embora sem fundamento, datado de 1509 [Ev 1509] *Missale secundum consuetudinem Elborensis Ecclesie* (Lisboa, Germão Galhardo, 1509). Note-se que os dois Missais pré-tridentinos nem sempre coincidem.

¹⁷ A substituição dos versículos do intróito não implica problemas específicos no plano musical: basta cantar a fórmula melódica com o «novo» versículo. Isto dito não significa, porém, que ela seja indiferente no plano litúrgico e teológico: o tema das variantes textuais, mesmo em torno de um aspecto tão singelo como a escolha do versículo (sálmico, não-sálmico, não-escriturístico), revela opções dos compositores dos formulários, além de permitir, claro, estabelecer linhas de continuidade e diferenciação entre tradições.

¹⁸ Cf. Theodor KARP, «Chants for the Post-Tridentine Mass», *Plainsong and Medieval Music*, 14 (2005), pp. 183-97, ver pp. 187-8.

Categoria / Incipit (ou festa)	Texto anterior	Missal 1570
In. Gaudete in Domino	InV. Et pax Dei	InV. Benedixisti Domine
In. Rorate caeli	InV. Justitia oriatur	InV. Caeli enarrant
<i>IV Dom. Advento</i>	In. Memento nostri Domine InV. Peccavimus [Br 1538] InV. Confitemini [Ev 1509]	In. Rorate caeli InV. Caeli enarrant
In. Etenim sederunt	Etenim sederunt	Sederunt
In. In medio ecclesiae	InV. Jocunditatem	InV. Bonum est
<i>Tomás de Cantuária</i>	In. Laetabitur justus InV. Exaudi Deus	In. Gaudeamus InV. Exsultate justus
<i>Vigília da Epifania</i>	In. Dominus dixit	In. Dum medium silentium
In. Domine refugium	[...] a generatione et progenie	[...] a generatione in generationem
<i>II Dom. Quaresma</i>	In. Domine dilexi decorem InV. Judica me	In. Reminiscere InV. Ad te levavi
In. Viri Galilaei	InV. Cumque intuerentur	InV. Omnes gentes plaudite
In. Deus cum egrederis [feria IV temp. Pentec.]	[...] faciens eis alleluia habitans in illis alleluia	[...] faciens eis habitans in illis alleluia terra mota est caeli distilaverunt alleluia aleluia
In. Spiritus Domini [feria V]	InV. Exsurgat Deus	InV. Emitte Spiritum tuum
In. In nomine Domini	In nomine domini	In nomine Jesu
In. Benedicta sit	InV. Benedicamus Patrem	InV. Domine Dominus noster
In. Verba mei auribus	InV. Rex meus et Deus meus	InV. Quoniam ad te orabo Domine
In. Salve sancta parens	InV. Virgo Dei genitrix	InV. Eructavit cor meum
In. Dicit Dominus sermones	[...] de ore tuo adest enim nomen tuum et munera tua	[...] de ore tuo et munera tua
In. Scio cui credidi	[...] in illum diem.	[...] in illum diem justus judex.
Gr. Convertere Domine	GrV. a generatione et progenie	GrV. a generatione in generationem
Al. Veni Domine		No fim, acrescentou-se: «Israel»
Tc. Sicut cervus	TcV. [...] ante faciem Dei mei	TcV. [...] ante faciem Dei
Of. Ad te Domine	Ad te Domine levavi animam	Ad te levavi anima
Of. Justitiae Domini	[...] corda et dulciora	[...] corda et iudicia eius dulciora
Of. Domine Jesu Christe	de manu inferni	de poenis inferni
Of. Domine Jesu Christe	ne cadant in obscuris locis	ne cadant in obscurum
Of. Jubilate Deo (2 casos)	Jubilate [...] jubilate	Omitiu-se a repetição do 2.º «Jubilate»
Of. Dexteram Domini		Acrescentou-se: «dexteram Domini fecit virtutem»
Of. Benedictus es Domine	Benedictus es [...] Benedictus es	Omitiu-se a repetição: «Benedictus es»
Of. Precatus est		Omitiu-se a repetição: «Precatus»
Cm. Tolle puerum	Tolle [...] et in terra Juda	Tolle [...] et in terra Israel
Cm. Scapulis	[...] obumbravit tibi.	[...] obumbravit tibi Dominus.
Cm. Facus est repente	[...] sonus advenientis	[...] sonus tanquam advenientis

Tabela 1. Exemplos de variantes textuais introduzidas pelo Missal de 1570

Tanto quanto conseguimos verificar, a primeira tomada de posição do cabido conimbricense sobre o tema dos (novos) cantoriais para a catedral ocorre em finais de 1579. Num breve «assênto

sobre cruces e cãtoryas», dispõem os capitulares: «*que* se mädasse fazer a cãtoria, *que* falta en responsos e ãtiphonas cõforme ao briuiario novo que naõ aja na casa».¹⁹

Este projecto parece ter ficado esquecido: outros cuidados ocupariam o corpo canonical neste período de transição entre a sede vacante por morte de D. Frei Manuel de Meneses, em Alcácer Quibir, e a instalação do novo prelado (D. Frei Gaspar do Casal), além da inquietude na política geral do reino que conduziria em breve à monarquia dual. Mas, no ambiente da Sé estaria ainda bem presente a luta travada sem êxito contra algumas disposições tridentinas, pelo que o pouco empenho na factura dos livros pode ter sido uma forma de resistência, mais ou menos disfarçada, aos ventos que soprando de Roma reforçavam os poderes dos prelados.

Certo é que dez anos depois, D. Afonso de Castello Branco (1585-1615), nas Constituições sinodais que faz aprovar em 1591, verbera asperamente aqueles que se mantêm fiéis ao «costume bracarense», quer para os ofícios (situação que seria mais notória, dada a amplitude do cerimonial) quer mesmo para a missa, ordenando que se providencie com urgência livros revistos, sem os quais o novo modo de rezar continuaria letra morta, ainda que formalmente em vigor:

Pelo Cõcilio Tridëtino foy sanctamênte ordenado *que* se cõposesse hũ Missal & Breuiario pelos quaes se reformassem & renovassê as sanctas ceremonias aprouadas & recebidas pela Igreja Romana [...] conforme ao qual per mandado do sancto Padre de gloriosa memoria Pio Quinto se composerão & diulgarão Missaes, Breuiarios, & Cerimoniaes, que elle por sua prouisão motu proprio mandou guardar, & se receberão em esta nossa See. E porq achamos *que* ainda se guardão algũas ceremonias, assi ã as Missas & diuinos officios, como em o rezar, que não são conformes a este vzo & custume Romano, & Missal & Breuiario reformado: & no Choro ha liuros antigos de custume Bracarense, dos quaes se seruem por não comprarem os nouos: Mandamos sob pena de excommunhão & vinte cruzados para as obras da See & meyrinho, *que* da publicação desta Cõstituição a sessenta dias logo seguintes se tirê da nossa See & Igrejas deste Bispado todos os liuros antigos, assi do choro, como quasquer outros, que não são conformes ao rezar nouo reformado, & ã o mesmo tempo se comprem liuros, asi graduaes como antifonários, & os mais que necessários são para as Missas & officios diuinos se cantarem ou rezarem conforme ao Missal & Breuiario nouo da reformação do Concilio. E da hi por diante se guardem em tudo inuiolauelmente as ceremonias & vzo Romano.²⁰

¹⁹ Acordos do Cabido (assento de 23 de Novembro de 1579), transcrição de Manuel Lopes de Almeida, *Arquivo Coimbrão* XXVI (1972-3), p. 70. Sobre a instituição capitular de Coimbra, embora situado num período um pouco posterior, ver Hugo Ribeiro da SILVA, *O cabido da Sé de Coimbra, os homens e a instituição (1620-1670)* (Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2010).

²⁰ *Constituições Synodales do Bispado de Coimbra* (Coimbra, António de Mariz, 1591), cópia em ULFL Res. 223, digitalização disponível em <<http://purl.pt/21747>>, p. 64.

Não parece que as ordens, apesar da severidade das sanções, hajam produzido efeitos imediatos na própria sede catedralícia.²¹ Pelo contrário, o cabido volta a tratar do assunto dos cantoriais só em finais de 1602. O registo é breve, mas de consequências significativas. Dispunham os cónegos, depois de consultado o bispo, «*que todos os liu^{ros} de câtorya E liçoës do barcarêse que não seruê que se uêdaõ p^a ajuda de se fazerê outros liu^{ros} que siruaõ*».²²

Tenha sido (ou não) este o impulso decisivo que até aí parecera faltar, entre 1603 e 1609 é finalmente composta uma nova colecção de livros de cantochão para a catedral. Não conhecemos todos os actores do processo «editorial», mas alguns deixaram registo mais duradouro, consignado nos próprios livros. É o caso, desde logo, do cónego António de Oliveira, por diversos anos «obreiro» do cabido, encarregue de promover a execução do projecto, contratando os artífices (copistas, encadernadores), vigiando o decurso dos trabalhos, fazendo os pagamentos devidos. Em diversos fólhos surge o seu nome, ora de modo mais formal, no rosto de abertura do volume, ora mais discretamente, em inscrições nas margens, ou em algumas iniciais. O mesmo acontece, aliás, com o copista Gregório de Quesada, responsável pela escrita da maior parte dos manuscritos e que em muitos deles deixou a sua «assinatura» (ver Exemplo 2, adiante). Presença mais discreta (no plano dos registos, note-se) é a de João Garcia, que aparece identificado como o copista de um códice, e a do mestre-capela da Sé, Cosme Baena, a quem no final de um livro se atribui a revisão da obra.²³

Até ao momento foi possível identificar vinte e um volumes, praticamente desconhecidos da comunidade académica, mas que constituem, pela amplitude e conteúdo, testemunhos de elevado relevo não só da experiência litúrgico-musical na Sé de Coimbra na viragem para seiscentos, mas das coordenadas estéticas em torno do cantochão neste marco temporal. Bem sabemos como ainda não está longe a época em que a musicologia desconsiderava o repertório tardio, estigmatizado parente pobre e decadente da grande tradição consignada nos primitivos manuscritos medievais. E assim, todo um vasto património musical era, na síntese de Rui Vieira Nery, «globalmente condenado de forma apriorística a partir de um mero juízo implícito de senso comum: se for bom é porque não é novo, e se for novo é porque não é bom. Em qualquer caso não vale a pena examiná-

²¹ Apesar da veemência das disposições da constituição sinodal, não era crível que pudesse ter as repercussões pretendidas em tão apertados prazos: abandonar os livros antigos sem alternativa (e as versões apenas com os textos que iam surgindo impressas não seriam solução) significaria na prática suspender o canto. Por outro lado, e como se verá adiante, o conjunto de livros exigido pelo novo rezado era bastante amplo: breviários, graduais, processionários, hinários, cerimoniais, etc. E as coisas, pelos sucintos testemunhos dos assentos capitulares, não corriam de feição. Em 1594, o cabido impunha o congelamento do salário ao «Mestre das serimonias [...] atee não entregar o liuro das serimonias que lhe estaa emcomendado ha m^{tos} annos». Acordos do cabido (assentos de 5 e 25 de Janeiro de 1594), *Arquivo Coimbra* XXVI (ver nota 19), p. 103.

²² Acordos do cabido (assento de 13 de Novembro de 1602), *Arquivo Coimbra* XXVI (ver nota 19), p. 145.

²³ «Este libro sãctal [...] Acabou-se siendo fabriq^o. El coneg. Ant^o d Oliuera y Reform. p. Cosme de baiana m^o d capella. Scripsit p. Greg. d. qsada. 1607».

lo».²⁴ O panorama tem-se modificado nas últimas décadas, num salutar esforço de superação dos prejuízos e obstáculos epistemológicos que excluía este cantochão da investigação musicológica e, reflexamente, da história cultural, já de si mesma pouco afoita a integrar a evanescente dimensão musical.²⁵ Conseguir uma visão mais ajustada sobre este segmento litúrgico-musical convoca, por certo, múltiplos contributos, que extravasam a abordagem estritamente filológica, típica de um positivismo já ultrapassado. Não dispensa, porém, e sob pena de se cair na especulação pseudo-literária ou pseudo-filosófica, uma atenção crítica sobre as diversas fontes (que não se cingem às de natureza musical), nem as análises comparativas de repertórios, variantes, identidades.²⁶

Os livros

O fundo musical já identificado está dividido em dois núcleos: dezanove livros encontram-se actualmente depositados na Biblioteca do Livro Antigo do Seminário Episcopal de Coimbra, trazidos na década de 90 do século passado, por razões de melhor preservação, da igreja da Sé Nova, juntamente com vários manuscritos de cantochão que vão de meados de seiscentos até metade do século XIX; os outros dois volumes pertencentes à colecção originária estão na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, para onde terão sido levados, provavelmente, quando os documentos do cabido foram integrados nos arquivos universitários.

Apresenta-se, de seguida, em quadro a lista dos vinte e um volumes. Uma vez que os exemplares conservados no Seminário não têm cota atribuída, embora mostrem na lombada etiquetas de uma catalogação anterior, usamos uma indexação provisória.

²⁴ Rui Vieira NERY «Nota prévia», in José Maria Pedrosa CARDOSO, *O canto da Paixão nos séculos XVI e XVII: A singularidade portuguesa* (Coimbra, Imprensa da Universidade, 2006), ver pp. 19-20. Todo o parágrafo convoca à reflexão: «A essência ‘autêntica’ do cantochão romano terá sido atingida por volta do ano mil e a partir daí a composição sacra monofónica terá deixado definitivamente de constituir um género decisivo para a evolução da Música erudita europeia, no seu todo representando apenas uma espécie de sobrevivência tardia – e cada vez mais degradada, à medida que os séculos se vão passando – da prática composicional anterior. Só a polifonia, nas suas sucessivas fases evolutivas, é geralmente considerada como o verdadeiro fio condutor do progresso da criação musical e o repertório de cantochão que na realidade histórica se vai cultivando, entretanto, em paralelo com a escrita polifónica de cada período tende a ser globalmente condenado [...]».

²⁵ A reflexão científica vem alargando o olhar a estas zonas de penumbra. Sem pretensão de exaustividade, reportamos alguns estudos recentes vocacionados para as fases mais tardias do repertório gregoriano: Theodor KARP, *An Introduction to the Post-Tridentine Mass Proper*, 2 vols. (Middleton - Wisconsin, American Institute of Musicology, 2005); Joshua VELTMAN, «Prosody and Rhythm in the Post-Tridentine Reform of Plainchant» (PhD dissertation, The Ohio State University, 2004); Annarita INDINO, «Il Graduale stampato da Angelo Gardano nel 1581» (Master Thesis, Università degli Studi di Lecce, 1998); Hyun-Ah KIM, *Humanism and the Reform of Sacred Music in Early Modern England* (Aldershot, Ashgate, 2008); CARDOSO, *O canto da Paixão* (ver nota 24); Santiago RUIZ TORRES «La monodia litúrgica entre los siglos XV y XIX: Tradición, transmisión y praxis musical a través del estudio de los libros de coro de la Catedral de Segovia», 2 vols. (PhD dissertation, Universidade Complutense de Madrid, 2012).

²⁶ Alertando justamente para o problema, ver Manuel Pedro FERREIRA, «Juízo estético e filologia musical: Em torno de um cancionário musical do século XV», *Philosophica*, 19/20 (2002), pp. 251-76, ver pp. 251-2, onde denuncia o «jargão pseudo-filosófico».

Conjunto I			
Biblioteca do Livro Antigo – Seminário Episcopal de Coimbra			
Sigla	Tipologia	Data	Conteúdo
Próprio da Missa I - Temporal			
LC 1	<i>Graduale</i>	1606	I Domingo Advento / <i>Feria</i> VI pós Cinzas
LC 2	<i>Graduale</i>	1606	I Domingo Quaresma / Sábado antes de Ramos
LC 3	<i>Graduale</i>	1606	Domingo Ramos / I Domingo pós-Pentecostes
LC 4	<i>Graduale</i>	1606	<i>Corpus Christi</i> / Domingo II-XXIV pós-Pentecostes
Próprio da Missa II - Santoral			
LC 5	<i>Graduale</i>	1609	S. André / S. Inácio [30.11 / 01.02]
LC 6	<i>Graduale</i>	1609	Purificação / Vigília S. João [02.02 / 23.06]
LC 7	<i>Graduale</i>	1609	S. João / Vigília Assunção [24.06 / 14.08]
LC 8	<i>Graduale</i>	1609	Assunção / S. Pedro mártir [15.08 / 26.11]
LC 9	<i>Graduale / Kyriale</i>	1607	<i>De Sancta Cruce</i> / De B. M. V. / Defuntos
Ofício I - Temporal			
LC 10	<i>Psalterium</i>	1604	<i>Matutinarum</i>
LC 11	<i>Psalterium</i>	1604	<i>Vesperale</i>
LC 12	<i>Antiphonale</i>	1603	Advento / Septuagésima
LC 13	<i>Antiphonale</i>	1603?	<i>Feria</i> V in <i>Coena Domini</i> / <i>Feria</i> IV in <i>Rogationibus</i>
LC 14	<i>Antiphonale</i>	1603	Ascensão / <i>Domini</i> XXIV pós-Pentecostes
Ofício II - Santoral			
LC 15	<i>Antiphonale</i>	1607	S. André / S. Inácio [30.11 / 01.02]
LC 16	<i>Antiphonale</i>	1607	Purificação / S. João Baptista [02.02 / 23.06]
LC 17	<i>Antiphonale</i>	1607	S. João / S. Maria Madalena [24.06 / 22.07]
LC 18	<i>Antiphonale</i>	1608	Exaltação S. Cruz / S. Clemente [14.09 / 26.11]
LC 19	<i>Antiphonale</i>	1607	Comum dos Santos
Conjunto II			
Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra [<i>P-Cug</i>]			
MM 116	<i>Antiphonale</i>	1607	<i>S. Petri ad vincula</i> / Natividade de Maria [01.08 / 08.09]
MM 246	<i>Antiphonale</i>	1607	Ofícios comuns

Tabela 2. Livros de cantochão da Sé de Coimbra (1603-9)

Embora ampla, a coleção parece incompleta, quando se considere o possível plano de composição, isto é, quando se atente no que seriam as necessidades em termos de livros corais. Assim, e no que diz respeito ao Próprio da Missa, faltam os livros para os ofícios comuns (Apóstolos, Mártires, Virgens, etc.), para que remetem numerosas rubricas. Também o ciclo do

ofício se encontra incompleto, sendo mais notória a omissão do volume relativo ao tempo entre a Septuagésima e a Quinta-feira Santa. Não se encontraram ainda os livros com o Ordinário, o Kyriale, salvo quatro esquemas incluídos num livro misto (com cantos do Próprio e do Ordinário: LC 9). Não teriam sido escritos? Ao contrário do que sucede para as missas do comum dos santos, ou para o volume do ofício, no caso do Kyriale a hipótese é mais plausível, pois esse repertório não foi abrangido na reforma textual pós-Trento, pelo que os livros antigos podiam continuar a usar-se: na ordem dos valores, faz sentido começar pelo mais necessário e urgente, deixando para uma segunda fase, os cantos de que houvesse suporte válido. Aliás, é interessante notar que no assento do cabido há pouco citado se manda vender os livros bracarenses que não servem. Ora, esta indicação tanto se pode referir apenas a livros mais antigos caídos em desuso, ou existentes em duplicado, e *hoc sensu* já supérfluos, ou pode abranger também, como parece mais consentâneo, os livros que iam deixando de servir precisamente em virtude da reforma em curso (Antifonários, Graduais, Missais plenários, etc., de que a Sé teria de dispor). E, por isso, é plausível que de entre os livros ainda ao serviço se contassem os do Ordinário e que, portanto, não tivessem sido incluídos no plano inicial de composição.²⁷ Todavia, num pormenorizado *Inventario*, escrito pelo cónego António Fernandes de Carvalho, obreiro do cabido, em 1635, e depositado no Arquivo do Seminário, encontramos o registo dos livros litúrgicos e de música, impressos e manuscritos, entre os quais se contam os volumes de cantochão acima identificados.²⁸ E, como seria expectável, o conjunto inventariado incluía bastantes mais obras do que as actualmente identificadas. Entre elas, conta-se o Antifonário para a Quaresma, bem como um livro «Kyrios, Glorias e Credos», um livro «das Antiphonas de Completas per annum», um livro de «innos e invitorios», um livro «de invitorios das festas». Ulteriores pesquisas poderão iluminar (também) esta questão.²⁹

Dada a dimensão do fundo, que se estende por cerca de três mil fólios de música, não é possível nesta sede uma descrição específica de cada um dos volumes, quer no plano codicológico quer, menos ainda, no tocante ao conteúdo litúrgico-musical, mas tão somente elencar algumas características gerais, primeiras coordenadas de um mapa intrinsecamente lacunoso. Assim, e de imediato, faz-se uma breve apresentação da dimensão «externa» dos manuscritos. Numa segunda e

²⁷ Na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra encontra-se um Kyriale (*P-Cug* MM 248) que pode ter servido na Sé.

²⁸ *Inventario de todas as pecas de prata Ornamentos e mais couzas que ha no thesouro da See de Coimbra, o qual fez o doutor Fernandes de Carualho Conego da mesma See, e obreyro o anno de 1635* (Manuscrito; Arquivo do Seminário de Coimbra). Este inventário foi modernamente divulgado por Manuel JOAQUIM, *Os livros do coro da Sé de Coimbra* (Coimbra, 1957). Em data recente, a propósito dos livros de «Canto d'Orgam» pertencentes à Sé, o inventário mereceu a atenção de José ABREU e Paulo ESTUDANTE, «A propósito dos livros de polifonia impressa existentes na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra», *Revista de História das Ideias*, 32 (2011), pp. 81-130, ver pp. 99-102. Agradeço ao Sr. Pe. António Calisto a ajuda na localização do inventário.

²⁹ Além dos grandes livros para servirem na estante do coro, era necessário outro tipo de livro, designadamente processionários. No *Inventario* de 1635 (ver nota 28), surge o registo de «seis procissionarios, todos de pergaminho escritos de mão».

derradeira secção, e focando apenas o Próprio da Missa, consideram-se alguns problemas de conteúdo, divididos em três núcleos: dimensão textual, calendário santoral, «paradigmas» de composição musical.

Todos os livros seguem um modelo de elaboração similar, com encadernação em pastas de madeira revestidas a pele, gravadas a ferros secos, com cantos e brochos (5) em metal. Muitos dos volumes conservam ainda intactos os fechos em metal. Destinados ao uso coral, os cantoriais são de dimensão razoável, entre os 460x325mm de um antifonário da quaresma (LC 12), até aos cerca de 600x400mm de diversos volumes do santoral. O pergaminho, apesar de algumas manchas de manuseamento e humidade, encontra-se em bom estado, permitindo na maior parte dos fólios uma leitura muito fácil do texto. Embora faltem as folhas de guarda em vários códices e, mesmo, os fólios iniciais com possíveis índices e o rosto, os livros têm poucas omissões, respeitando a continuidade inicial, sem interpolações. Em dois volumes foram acrescentados alguns fólios no final.



Figura 1. Livro de cantochão da Sé de Coimbra (1604)

A justificação comporta em regra seis pautas, traçadas a vermelho, com a notação musical quadrada (figuras, claves de fá e dó, guião) a negro. Os textos cantados, em escrita de tipo humanístico, surgem também a negro, enquanto para as rubricas se usa o vermelho. Surgem com regularidade iniciais capitais entrelaçadas a vermelho e preto e iniciais a vermelho enquadradas em filigranas azuis. Há ainda iniciais enquadradas em fundo ornamentado com motivos fitomórficos a vermelho e alguma outra ornamentação marginal, sobretudo no fólio inicial.



Figura 2. Inicial. LC 4, f. 1v

Em relação à escrita musical, e seguindo os hábitos da Península Ibérica, é traçada sobre pentagrama, usando as figuras coevas correntes, sobretudo: breve, longa (ponto com plica), semibreve (ponto em losango), alfado, pontos dobrados (ou detidos) e ligados (ver Figuras 3 a 6).³⁰ Com incidência desigual nos cantoriais, encontramos figuras especiais para o início e o termo da melodia, como a figuração em «livro aberto» ou um ponto mais extenso, rectangular; o bemol também surge em diversos lugares, embora nem sempre coetâneo do traçado original, tal como sinais de mensura nos hinos.

Feitas estas breves referências, entramos de imediato em temas de conteúdo. Seguindo o esquema enunciado, o primeiro núcleo problemático diz respeito à dimensão textual do Próprio da Missa inscrito nos códices.

A uniformização dos textos do Missal era, como recordado, um dos objectivos preponderantes da reforma de Pio V: todas as futuras edições deveriam reproduzir fielmente o modelo romano, pondo fim às múltiplas variantes detectadas nos costumes locais (cf. Tabela 1 para os casos mais significativos). Algumas dessas diferenças de texto vinham já dos primórdios do rito romano-franco, mas agora era tempo de acolher a edição *ne varietur* tridentina.

Os livros de Coimbra adoptam com fidelidade os textos consignados no novo Missal romano de 1570, embora haja alguns casos de divergência, talvez devido a lapsos do copista. Assim, no intróito da festa de S. Inácio de Antioquia (1 de Fevereiro), em que o versículo do Missal diz: «Memento Domine David et omnes mansuetudinis ejus»,³¹ no cantoral da Sé lê-se: «Voce mea ad dominum clamavi voce mea ad dominum deprecatus sum» (LC 5, f. 131r). Também na Comunhão *Tolle*

³⁰ As terminologias nem sempre coincidem na tratadística da época, mas deixa-se a referência à *Arte de Cantochoão*, de Pedro Thalesio, editado em Coimbra por Diogo Gomes Loureiro em 1618 (*P-Ln* Res. 382 P, digitalização disponível em <<http://purl.pt/72>>), pp. 11-2. Para uma circunstanciada apresentação da notação gregoriana tardia, ver RUIZ TORRES, «La monodia litúrgica» (ver nota 20), pp. 191-232.

³¹ Cf. *Missale Romanum*, edição de António de Mariz (ver nota 15), p. 101.

puerum, no Domingo dentro da oitava do Natal, nota-se que primeiro foi apontado *Juda*, como constava da tradição anterior, e emendado para *Israel*, conforme a versão do Missal tridentino (LC 1, f. 79v).

Na estruturação do calendário, o plano de composição segue o modelo consignado no Missal de 1570 que, aliás, neste ponto continua o essencial da tradição medieval: Próprio do tempo, desde o primeiro Domingo do Advento até ao Domingo XXIV depois do Pentecostes, com os quatro ciclos fundamentais (Advento-Natal; Septuagésima-Páscoa; Páscoa-Pentecostes; Domingos pós-Pentecostes); e o Próprio dos Santos, começando em S. André, a 30 de Novembro.

Como é assaz conhecido, o ciclo santoral está sujeito a margens de variabilidade significativa, reflectindo os calendários particulares as especificidades devocionais de uma região, diocese ou família religiosa, não somente quanto à existência ou não de uma concreta festa, mas ainda ao seu grau de solenidade (se é de guarda e jejum, só de guarda, com oitava, semidúplex, etc.).

O quadro seguinte apresenta as diversas festas do santoral, tal como surgem apontadas nos livros da Sé com o próprio da Missa: em texto normal, as celebrações com os cânticos notados por inteiro; em itálico, as meras rubricas; a negrito, indicam-se as festas que se encontram previstas num calendário diocesano temporalmente próximo da composição dos manuscritos.³²

Calendário Santoral			
Janeiro			
14	<i>Hilarii episcopi</i>	23	<i>Ildefonsi, archiepiscopi Toletani</i>
15	Pauli Heremiteae	23	<i>Emerencianae</i>
16	Marcelli papæ et martyris	23	<i>Descensio Beatae Mariae quae dicitur de pace. Missa ut in Nativitatis</i>
17	<i>Antonii abbati</i>	24	<i>Timothei episcopi et martyris</i>
18	Cathedra Petri	25	Conversio Pauli
19	Marii, Marthæ, Audifacis, Abachum	26	Polycarpi episcopi et martyris
20	Fabiani, Sebastiani martyrum	27	Joannis Chrysostomi episcopi
21	Agnētis virginis et martyris	28	Agnētis secundo [segunda festa]
22	<i>Vicentii, Anastasii martyrum</i>		
Fevereiro			
1	Ignatii episcopi [et martyris]	14	<i>Valentini martyris</i>
2	Purificatio Mariae	15	<i>Faustini, Jovitæ martyrum</i>
3	<i>Blasii episcopi et martyris</i>	18	<i>Simeonis episcopi et martyris</i>
5	Agathæ virginis et martyris	22	<i>Cathedra Antiochena sancti Petri apostoli</i>
6	<i>Dorotheæ virginis et martyris</i>	23	<i>Vigilia Matthiæ apostoli</i>
7	<i>Romualdi abbatis</i>	24	Matthiæ apostoli

³² *Festa propria et specialia dioecesis Conimbricensis* (Coimbra, António de Mariz, 1595), cópia P-Ln Res. 2531 P, digitalização disponível em <<http://purl.pt/15035>>.

Março			
4	<i>Lucii papae et martyris</i>	19	Josephi sponsi Mariae
7	Thomæ de Aquino	21	<i>Benedicti abbatis</i>
9	Quadragesima Martyrorum	25	Annuntiatio Mariae
12	Gregorii papæ et confessoris		
Abril			
2	<i>Francisci de Paula</i>	22	<i>Soteris, Caii pontificum et martyrum</i>
4	<i>Isidori archiepiscopi hispalensis confessoris et doctoris</i>	23	<i>Georgii martyris</i>
11	Leonis papæ et confessoris	25	<i>Marci evangelistæ</i>
13	<i>Hermenegildi martyris</i>	26	<i>Cleti, Marcellini pontificum et martyrum</i>
14	<i>Tiburtii, Valeriani, Maximi martyrum</i>	28	<i>Vitalis martyris</i>
17	<i>Aniceti papae et martyris</i>	29	<i>Petri martyris</i>
Maio			
1	Philippi, Jacobi	12	Nerei, Achillei, Pancratii martyrum
2	Athanasii episcopi	14	<i>Bonifacii martyris</i>
3	Inventio crucis	19	<i>Prudentianae virginis</i>
4	Monicae viduae	25	Urbani papae et martyris
6	Joannis ante portam latinam	26	<i>Eleutherii papæ et martyris</i>
8	Apparitionis sancti Michaelis archangeli	27	<i>Joannis papæ et martyris</i>
9	<i>Gregorii Nanzianzeni episc. et confessoris</i>	30	<i>Felicis papæ et martyris</i>
10	<i>Gordiani, Epimachi martyrum</i>	31	<i>Petronillae virginis</i>
Junho			
2	Marcellini, Petri, Erasmi, martyrum	22	<i>Silverii papæ et martyris</i>
9	Primi, Feliciani martyrum	22	<i>Paulini episcopis et confessoris</i>
11	Barnabe apostoli	23	Joannis Baptistæ, vigilia
12	Basilidis, Cirini, Naboris, Nazarii martyrum	24	Joannis Baptistæ
13	<i>Antonii de Padua confessoris</i>	26	Joannis, Pauli martyrum
14	Basilii episcopi	28	<i>Leonis papæ et confessoris</i>
15	Viti, Modesti, Crescentiæ martyrum	28	Vigilia Petri, Pauli
18	Gervasii, Protasii martyrum	29	Petri, Pauli
19	Gervasii, Protasii martyrum	30	Commemoratione Pauli apostoli
Julho			
1	<i>Octava Joannis Baptistae missa ut in die</i>	20	<i>Margaritae virginis et martyris</i>
2	Visitatio Mariæ	21	Praxedis virginis
2	Infra octavam Petri et Pauli	22	Mariæ Magdalenæ
6	Octava Petri et Pauli	23	Apollinaris episcopi et martyris
10	Septem fratrum, Rufinæ, Secundæ	24	Vigilia Jacobi apostoli
11	<i>Pii papae et martyris</i>	25	Jacobi apostoli
12	<i>Naboris, Felicis martyrum</i>	26	Annae matris gloriosae virginis Mariae
13	<i>Anacleti papae et martyris</i>	27	<i>Pantaleonis martyris</i>
14	Bonaventuræ episcopi et confessoris	28	<i>Nazarii, Celsi, Victorii martyrum, Innocentii</i>
16	Triumphus sanctæ crucis	29	Marthae virginis
17	<i>Alexii confessoris</i>	30	Abdon, Sennen martyrum
18	Symphorosæ cum septem filiis martyribus		

Agosto			
1	Petri ad vincula	8	Cyriaci, Largi, Smaragdi martyrum
2	Stephani papæ et martyris	9	Vigilia Laurentii
3	<i>Inventio Stephani</i>	11	Laurentii martyris
4	Dominici confessoris	14	Vigilia Assump. Mariæ
5	<i>Mariæ ad nives</i>	15	Assumptio Mariæ
6	Transfiguratio domini	17	Octava Laurentii
7	Donati episcopi et martyris	20	<i>Bernardi abathis</i>
22	<i>Octava Assumptionis</i>	26	<i>Zepherine papæ et martyris</i>
23	<i>Vigilia Bartholomei</i>	28	Augustini episcopi
24	Bartholomei apostoli	29	Decollatio Joannis Baptistæ
25	Ludovici confessoris Regis Franciæ	30	Felicis, Adaucti martyrum
Setembro			
1	Aegidii abathis	20	<i>Vigilia Matthæi</i>
8	Nativitas Mariæ	21	Matthæi apostoli
10	Nicolai Tolentino	22	<i>Mauritii et sociorum martyrum</i>
14	Exaltatio Crucis	23	<i>Lini papæ et martyris</i>
15	<i>Octava Nativitas Mariæ</i>	26	<i>Cypriani et Justinæ</i>
16	<i>Cornelii, Cypriani pontificum. et martyrum</i>	27	Cosmæ, Damiani martyrum
19	Januarii episcopi et sociorum	30	Hieronymi presbiteri
Outubro			
1	<i>Remigii episcopi et confessoris</i>	21	<i>Hilarionis abbatis</i>
4	Francisci confessoris	25	<i>Chrysanti et Dariæ</i>
5	Placidii et sociorum martyrum	26	<i>Evaristi papæ et martyris</i>
7	Marci papæ et confessoris	27	Vigilia Simonis et Judæ
9	<i>Dionysii, Rustici, Eleutheri martyrum</i>	28	Simonis, Judæ apostolorum
14	Callisti papæ et martyris	30	De victoria christianorum
18	Lucæ evangelistæ	31	Vigilia omnium sanctorum
Novembro			
1	Omnium sanctorum	21	Presentatio Mariæ
2	[Omnium defunctorum]	22	Cæciliæ virginis et martyris
9	<i>Dedicatio Basilicæ Salvatoris</i>	23	Clementis papæ et martyris
10	Triphonis, Respicii, Nymphæ martyrum	24	<i>Chrysogoni martyris</i>
11	Martini episcopi et confessor	25	Catharinæ virginis et martyris
12	Martini papæ et martyris	26	<i>Petri Alexandrini episcopi et martyris</i>
17	Gregorii Thaumaturgi	29	Vigilia Andreæ
18	<i>Dedicatio Basilicæ Petri et Pauli</i>	30	Andreæ apostoli
19	<i>Pontiani papæ et martyris</i>		
Dezembro			
6	Nicolai episcopis	20	<i>Vigilia Thomæ</i>
7	Ambrosii	21	Thomæ apostoli
8	Conceptio Mariæ	26	Stephani
9	Leocadiæ virginis et martyris	27	Johannis evangelistæ
11	Damasi, papæ	28	Nativitas Innocentium
13	Luciæ virginis et martyris	29	Thomæ episcopi et martyris
18	Exspectatio Mariæ	31	Silvestri papæ

Tabela 3. Calendário santoral dos livros da Sé

Do largo ciclo santoral consignado nos códices conimbricenses, destacamos, somente, dois aspectos. O primeiro diz respeito à estranha ausência das festas da Rainha Santa Isabel (4 de Julho) e de Santa Clara (11 de Agosto), ambas previstas no calendário diocesano de 1595 (e no caso de Santa Clara, no próprio calendário universal). Isto não impõe, no entanto, que estas festas não merecessem a atenção dos responsáveis da Sé. Poderiam estar previstas num livro específico, para o qual talvez remetesse o índice que abriria o cantoral respectivo, como acontece com a festa da *Descensio Beatae Mariae*, a 23 de Janeiro, e que não vem no livro correspondente (LC 5), mas apenas na lista inicial de celebrações, explicitando que se usam os formulários da Natividade. Ao contrário do LC 5, o manuscrito que abrange os meses de Julho e Agosto não tem esses índices. A omissão pode fundar-se noutros factores ligados ao específico modo performativo dessas celebrações em Coimbra, ambas particularmente significativas no Mosteiro de Santa Clara situado extramuros e que guarda o corpo venerado da Rainha Isabel de Portugal. Nesse sentido parece inclinar-se a referência no já referido *Inventario* de 1635 a um «Caderno das festas de S Isabel e S Antonio», actualmente perdido.

Olhando agora do lado das presenças, merece uma referência a festa *Victoria Christianorum*, que celebra a grande vitória dos exércitos conjuntos de D. Afonso IV e do genro Afonso XI de Castela sobre as forças mouras a 30 de Outubro de 1340, junto do rio Salado. A eminente investigadora Solange Corbin, num artigo do *Bulletin Hispanique* de 1947, mostrava como a comemoração dessa vitória entrou no contexto litúrgico pouco depois dos eventos históricos.³³ Com efeito, o *Liber Catenatus*, conservado no Arquivo da Universidade de Coimbra, e paleograficamente datável de meados do século XIV (1350-60),³⁴ contém já um conjunto de hinos para os ofícios divinos desta festa,³⁵ (mais conhecida, na parte espanhola, por *Triumphum Crucis de Benamarin*) que progressivamente se espalhará pelos reinos ibéricos, como o evidenciam diversos calendários e livros litúrgicos.³⁶

Em relação à diocese de Coimbra, e se vimos bem, o *Manuale* de 1518 não aponta a celebração, nem no conjunto das Missas, nem sequer no calendário. É certo que não se trata de um Missal completo, mas de uma selecta. De todo o modo, o Missal de Braga de 1538, marcadamente influenciado pelos formulários conimbricenses de 1518, contém o formulário para a Missa *De*

³³ Solange CORBIN, «Fêtes portugaises. Commémoration de la victoire chrétienne de 1340 (Rio-Salado)», *Bulletin Hispanique*, 49 (1947), pp. 205-18.

³⁴ *P-Cua Cofre 27*, digitalização disponível em <<http://pemdatabase.eu/source/165>>.

³⁵ Para a análise textual e melódica dos hinos, ver CORBIN, «Fêtes portugaises» (ver nota 33), pp. 210-4.

³⁶ CORBIN «Fêtes portugaises» (ver nota 33). Sobre os ofícios castelhanos, ver os estudos de Mercedes CASTILLO-FERREIRA, «A Fifteenth-Century Plainchant Office by Hernando de Talavera to Commemorate the Battle of Salado», in *New Perspectives on Early Music in Spain*, editado por Tess Knighton e Emilio Ros-Fábregas (Kassel, Edition Reichenberger, 2015), pp. 243-53; e «Chant, Liturgy and Reform», in *Companion to Music in the Age of the Catholic Monarchs*, editado por Tess Knighton (Leiden - Boston, Brill, 2016), pp. 282-322, ver pp. 314-6.

Victoria Christianorum, o último do livro, aliás.³⁷ Nos calendários das festas próprias de Coimbra de 1588, 1595 e 1623 a comemoração (*duplex*) surge prevista com os mesmos textos que constam do códice da Sé (LC 8, ff. 105-112v).³⁸ Dado o carácter prolixo dos textos (só o versículo do Aleluia estende-se por três páginas), a adaptação de melodias existentes no *corpus* gregoriano tradicional (*Gaudeamus omnes* para o intróito; *Dies sanctificatus* para o Aleluia, etc.), ressentem-se, embora procure manter-se dentro dos processos compositivos tradicionais.

Deixámos para conclusão deste breve périplo pelos manuscritos da Sé algumas considerações de cunho mais directamente musicológico e que ressaltam da leitura de conjunto dos volumes com o Próprio da Missa.

Uma primeira nota diz respeito a uma opção quase idiossincrática dos responsáveis pelo projecto: a notação dos cantos *in extenso*, com escasso uso de remissões internas e de fórmulas de abreviação. Em alguns pontos, essa opção torna-se particularmente «audível», causando mesmo perplexidade no leitor que esperaria soluções mais económicas por parte dos copistas, consentâneas aliás com os hábitos correntes.

Causa estranheza, desde logo, a circunstância de o versículo *Gloria Patri* com que se conclui a salmodia do intróito surgir sistematicamente apontado por inteiro e não, como usual, apenas no *incipit* ou então com a fórmula melódica para o *saecula saeculorum amen* (por vezes apenas *euauae*). Como referido, a opção de Coimbra foi diversa e, assim, ao longo de oito códices e de largas dezenas de intróitos, o *Gloria Patri* é integralmente notado. Se recordamos que, em geral, cada *Gloria Patri* ocupa cerca de uma página de escrita, ficamos com ideia dos elevados custos que esta opção implicou em materiais e tempo, sem que se perceba claramente o objectivo subjacente: não é crível que a *Schola* precisasse da notação por extenso de um verso quotidianamente cantado, nem as particularidades das fórmulas (o tom respectivo, as *differentiae*) causariam grande perturbação nos cantores que começam o *Gloria* imediatamente após o verso salmódico, que usa a mesma fórmula. A opção fielmente mantida ao longo dos oito livros que reúnem todo o ciclo temporal e santoral (LC 1 a LC 8), só se suspende no LC 9, mais heterogéneo nos conteúdos, reunindo alguns formulários votivos (Nossa Senhora, Santa Cruz), bem como cantos para os defuntos e quatro esquemas do Ordinário – neste volume, apenas se aponta o *incipit* do *Gloria Patri*.

³⁷ *Manuale* 1518 (ver nota 9); *Missale bracharense* 1538 (ver nota 16). Cf. CARVALHO, «A liturgia em Braga» (ver nota 8), pp. 161-3. Nas posteriores edições do Missal de Braga, a festa deixará de ser incluída.

³⁸ *Festa propria et specialia dioecesis Conimbricensis* (Coimbra, António de Mariz, 1588), P-Cug R-6-9; *idem* (1595) P-Ln Res. 2531; *idem* (Coimbra, Diogo Gomes Loureyro, 1623), Biblioteca do Livro Antigo, Seminário de Coimbra, cota 4-26-8.

Numa linha similar, também não seria de esperar do apontador que repetisse integralmente esquemas de missas já escritas no mesmo volume, por vezes à breve distância de alguns fólhos. A experiência performativa mostra que o uso de remissões aumenta o «ruído» e a probabilidade de erro. No entanto, devemos ter presente que, salvo para o Gradual e o Aleluia, os cantos não se sucedem sem cortes, pelo que o ajuste do livro em função do cântico não seria problema. Alternâncias mais complexas faziam parte do dia-a-dia dos cantores. Os apontadores de Coimbra, porém, não eliminaram apenas as eventuais remissões internas de um canto; replicaram, antes, todo o esquema formular da Missa: por exemplo, a Missa *Puer natus* escrita por inteiro no Natal (LC 1, ff. 42v-45v) e na oitava (LC 1, ff. 64v-68r), situação que se repete, também, para a Missa *Ecce advenit* na Epifania (LC 1, ff. 79v-83r) e sua oitava (LC 1, ff. 87r-90v). Em duas situações, o método toca quase o absurdo. Referimo-nos aos esquemas para os domingos depois da Epifania e para o final do tempo pós-Pentecostes. Como se sabe, em função da data da Páscoa, o tempo depois da Epifania pode ser mais ou menos dilatado. Ora o esquema previsto para o terceiro domingo pós-Epifania, Missa *Adorate Deum*, pode ser repetido quando a Septuagésima comece mais tarde (domingos IV, V e VI depois da Epifania). Pois bem, o manuscrito de Coimbra apresenta por extenso todos esses domingos, repetindo por inteiro o mesmo esquema formular (LC 1 ff. 90v-110v: 20 fólhos em vez de 5). A segunda situação dá-se no final do ciclo de Pentecostes, que pode ser também mais amplo quando a Páscoa ocorre cedo. Assim, bastaria uma simples rubrica a prever a repetição, quando necessária, do formulário *Dixit Dominus Ego cogito*. Escusado seria já dizer que nos códices da catedral os esquemas são repetidos por inteiro (apenas com umas inesperadas – dentro do contexto – remissões num dos domingos): nada menos do que seis vezes (LC 4, ff. 115r-141v).

Além destes casos de repetição sistemicamente anómala, são abundantes as situações, sobretudo no santoral, em que o mesmo canto é previsto pelas rubricas para duas ou mais festas. Fiel à sua opção, o notador escreve por inteiro as melodias. Assim, quer dentro do mesmo livro, quer, por maioria clara de razão, em livros diversos, temos bastantes cânticos repetidos (Intróito *In medio ecclesiae*: quatro vezes; Ofertórios *Afferentur regi*: seis vezes; *Dextera Domini*: sete vezes; etc.). Melodias repetidas, mas não «fotocópias» – as variantes ocorrem a cada passo e convocam instrumentos de análise mais adequados, bem como uma reflexão mais detida, que não é viável fazer nesta sede.

Além desta diversidade no desenho específico dos cantos, a leitura comparativa dos livros do Próprio evidencia uma diferença digamos macroestrutural e que se traça entre os volumes do temporal (LC 1 a 4) e os volumes para o ciclo dos santos (LC 5 a LC 8). Forçando um pouco, quase se poderia dizer que, sob uma aparente uniformidade gráfica, os dois grupos parecem seguir paradigmas distintos. A análise devida deste fenómeno exigiria desenvolvimentos e exemplificações

que têm de ficar silentes nesta sede, pelo que nos limitamos a enunciar alguns pontos mais significativos.

O primeiro deles diz respeito ao modelo previsto para a execução do Aleluia. Como é por demais sabido, este canto obedecia, na tradição medieval, a um esquema tripartido (ABA): depois da melodia do único Aleluia com o seu característico melisma sobre a sílaba final *ia*, seguia-se o versículo, para se repetir de novo o Aleluia inicial. A certa altura, esta prática começou a ser substituída por outro modelo: em vez de um único Aleluia, cantam-se dois; ao final do versículo é acoplada uma melodia com outro Aleluia, conclusivo e distinto do inicial, que já não se repete. Theodor Karp, na sua investigação sobre o repertório tardio, informa-nos que aquela «forma normativa» tradicional se manteve não só ao longo do Renascimento, mas ainda «during the opening two decades of the seventeenth century». Nos livros de cantochão impressos, o primeiro sinal da mudança para o novo paradigma performativo ocorre somente em 1621, com a publicação do Gradual de Ciera.³⁹ A informação é valiosa e concorre para uma visão mais *nuancé* da evolução do gregoriano, no contexto do humanismo literário e filológico e das intenções de reforma (iríamos dizer *aggiornamento*) das melodias prolixas (os «barbarismos, obscuridades e supérfluas adições», nas palavras do famoso *Breve* de Gregório XIII que incumbe Palestrina e Zoilo de corrigir o cantochão). A solução de «partir» o aleluia em dois é uma forma de limitar os melismas, mas não surgiu logo no quadro inicial das reformas musicais do cantochão. O extenso levantamento de Karp, que se estende por todos os impressos conhecidos a partir de 1590 (sem considerar os manuscritos), torna-se particularmente significativo para o nosso estudo. Na verdade, a nova forma executiva do Aleluia encontra-se fixada com regularidade em Coimbra já em 1606, quinze anos antes do Gradual de Ciera (ver Figura 3).



Figura 3. Alleluia *Dies sanctificatus*, LC 1, ff. 44v-45r

³⁹ KARP, *An Introduction* (ver nota 25), p. 88.

Este aspecto, já de si relevante, na medida em que traduz de facto uma antecipação da prática portuguesa e europeia, torna-se ainda mais impressionante quando se faz a referida leitura macro, isto é, quando se confrontam os diferentes manuscritos. De facto, o panorama cresce em complexidade quando verificamos que este novo modelo de execução ocorre sim, e com absoluta regularidade, nos quatro livros do temporal, mas está ausente dos restantes volumes, que seguem a tradição anterior de um único Aleluia inicial, que se voltaria a cantar no final do versículo.



Figura 4. Alleluia *Tu es sacerdos*, LC 8, ff. 35v-36r

Mas esta não é a única (e significativa) diferença macroestrutural nos dois subgrupos de códices. Considerada na sua globalidade (que pode fazer esquecer, com perigos, o pormenor, o caso individual refractário às taxinomias), esta (estranha) diferença parece incluir-se na (ou ser corolário da) indefinição do que antes designámos por «paradigma compositivo», resultante da relação tensional existente entre o valor da tradição melódica medieval e as coordenadas estéticas nos inícios do século XVII. Ou seja, a articulação entre uma linha conservadora, fiel às leituras medievais, com os seus idiossincráticos modos de expressão (melódica, modal, rítmica e de articulação verbal-melódica) e uma linha progressista, que procura superar uma estética distante e já incompreensível, para adequar o cantochão ao envolvente horizonte cultural («modernizando-o»). Talvez a dimensão mais notória seja quanto às opções no desenho melódico, mais concretamente, quanto à manutenção ou corte dos melismas que na tradição medieval pontuavam de forma características algumas tipologias: Aleluias, Graduais, Ofertórios. A já sublinhada repetição de cânticos ao longo dos livros evidencia de forma reforçada o problema. Com efeito, as diferenças melódicas, designadamente em matéria de melismas existem, em alguns pontos num contraste flagrante. Mas o caso não ocorre apenas nestas melodias que deveriam ser «idênticas». Situação similar verifica-se, por exemplo, em melodias que, embora destinadas a textos diversos, pertencem

As melodias fixadas no pergaminho estão aí, tal como os copistas as deixaram inscritas naqueles anos de 1603 a 1609, e suscitam interrogações e perplexidades a quem as visita passados quatro séculos. Destinados ao culto, onde ocuparam relevante função, os códices da Sé de Coimbra constituem iluminante fragmento da história cultural e das instituições. Sendo arte, e arte do tempo, que revive cada vez que o tempo se faz agora, esta música mais do que artefacto de um passado incommunicante, é voz que interpela e desafia.

Alberto Medina de Seça é investigador em formação do CESEM. Actualmente, encontra-se a desenvolver o doutoramento em Ciências Musicais na FSCH da Universidade Nova de Lisboa e a ultimar a sua dissertação em torno do tema «Humanismo e cantochão em Portugal: Tradição e reforma do repertório da Missa», sob orientação científica do Professor Manuel Pedro Ferreira. Tem colaborado no projeto *Portuguese Early Music Database*, na descrição de manuscritos musicais.

Recebido em | *Received* 01/02/2017
Aceite em | *Accepted* 06/11/2017

